

ACM diz que Supremo inibe trabalho de CPIs

Antonio Carlos Magalhães acusou o Supremo Tribunal Federal de tentar desmoralizar, intencionalmente ou não, as CPIs que investigam denúncias de corrupção contra o PT e o governo. "Se as CPIs não chegarem a resultado, o culpado é o Supremo", advertiu o senador. **Página 4**

Ideli: oposição reage a bons resultados de Lula

Ideli Salvatti afirmou que, com a divulgação de pesquisa indicando redução no índice de pobreza do país no ano passado, finalmente conseguiu entender "a virulência dos ataques" ao governo. Ela acusa a oposição de desprezar o bom senso. **Página 5**



Viana lamenta descumprimento dos percentuais obrigatórios

Viana quer garantir recursos para saúde

O senador Tião Viana quer a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que estabelece percentuais a serem gastos na área de saúde por União, estados e municípios. O projeto, de autoria de Viana, já foi aprovado pelo Senado e está na Câmara. **Página 8**

Sarney agradece apoio de FHC no caso do museu

O senador José Sarney agradeceu o apoio que recebeu do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso à luta para manter no Convento das Mercês, em São Luís, documentos produzidos no período em que foi presidente da República (1985 a 1990). **Página 2**

Testemunha procura espontaneamente o senador Eduardo Suplicy para ajudar a comissão a elucidar o crime ocorrido em 2002



Presos são conduzidos à acareação com o empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sombra

CPI ouve nova testemunha do caso Celso Daniel

Uma subcomissão da CPI dos Bingos ouviu ontem, em São Paulo, uma nova testemunha que reforça a tese de crime de mando no caso do assassinato de Celso Daniel, ex-prefeito de Santo André (SP), em janeiro de 2002. A informação foi dada pelo senador Magno Malta, relator da subcomissão, antes da acareação entre o empresário Sérgio Gomes da Silva e nove pessoas. **Página 5**



Magno Malta diz que há uma nova linha de investigação no caso

Assessor de Palocci depõe hoje

Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, depõe hoje, a partir das 10h30, na CPI dos Bingos. **Página 5**

Relator vai mostrar evidências do "mensalão"

Serraglio promete relatório parcial no prazo de 15 dias com "demonstrações convincentes" da prática do pagamento. **Página 4**

CPI da Terra vota relatório hoje

Após dois anos de funcionamento, a CPI da Terra deve discutir e votar hoje seu relatório final. Presidida pelo senador Alvaro Dias, a CPI realizou o diagnóstico da estrutura fundiária brasileira e dos processos de reformas agrária e urbana. Foi avaliada a ação dos movimentos sociais de trabalhadores – que ocupavam terras, áreas e edifícios, tanto privados quanto públicos –, bem como de proprietários de terras, que se organizavam para impedir as invasões. **Página 3**



No debate, Paulo Nogueira (E), Marcelo Crivella e José Carlos de Assis

Paulo Nogueira: política econômica não serve ao país

A política econômica adotada nos últimos anos – que se reflete em altas taxas de juros e pesada carga tributária – se distancia "dos interesses maiores do país e do grosso da população brasileira". A avaliação é do economista Paulo Nogueira Batista Júnior, professor da Fundação Getúlio Vargas, que participou ontem de palestra promovida pela Frente Parlamentar do Pleno Emprego. **Página 7**

Incentivo a trabalhador experiente e morador de rua

A Comissão de Assuntos Sociais examina quinta-feira projetos de Paulo Paim visando estimular a contratação de trabalhadores acima de 45 anos e proporcionar assistência e qualificação profissional aos moradores de rua. Também está em pauta a ampliação do seguro-desemprego das pessoas com deficiência física. Essa proposta é de Patrícia Saboya e Eduardo Azeredo. **Página 3**

Fernando Henrique elogia preservação de documentos da gestão de Sarney na Presidência da República

Sarney agradece apoio de FHC a memorial

José Sarney (PMDB-AP) agradeceu ontem o apoio que recebeu do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que o elogiou, em entrevista, pela criação de memorial em que são preservados os documentos produzidos durante a gestão de Sarney como presidente da República (1985-1990). A Fundação da Memória Republicana José Sarney tem sede no Convento das Mercês, em São Luís (MA), e pode ser despejada por iniciativa do governo do estado.

– O comportamento de Fernando Henrique é um exemplo de civilidade política – afirmou.

FHC disse que Sarney pode ter sido o primeiro ex-presidente brasileiro a preocupar-se com a preservação da memória de seu governo. Para ele, a documentação coletada permitirá estudos mais aprofundados do período histórico a que se refere.

O senador recebeu a solidariedade de Ramez Tebet (PMDB-MS), para quem a fundação



Sarney: FHC demonstra civilidade política ao elogiar fundação criada no Maranhão

pertence a todo o Brasil. Mão Santa (PMDB-PI) e Paulo Paim (PT-RS) também aplaudiram a iniciativa de Sarney. Já Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu que a preservação dos documentos fosse obrigatória e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) classificou a intenção de despejar a fundação como um atentado à cultura.

Ney Suassuna (PMDB-PB), Tião Viana (PT-AC), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Iris de Araújo (PMDB-GO), na presidência da Mesa, manifestaram apoio ao ex-presidente.

Pesar pela morte de ministra do TCU

O Senado aprovou voto de pesar pela morte da ministra do Tribunal de Contas da União Élvia Lordello Castello Branco, viúva do jornalista Carlos Castello Branco. Serão apresentadas condolências à família e ao TCU. O requerimento propondo a homenagem foi apresentado pelo senador José Sarney (PMDB-AP), que, quando presidente

da República, a nomeou para o tribunal.

Mão Santa (PMDB-PI) também lamentou a morte da ministra, que foi a primeira mulher no Brasil a presidir um tribunal superior – o TCU. Élvia Castello Branco morreu na sexta-feira. Presidindo a sessão, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) associou-se às homenagens.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Plenário vota proposta de emenda à Constituição

Na sessão de hoje, às 14h, os senadores votam proposta que obriga o presidente da República a comparecer na sessão de abertura de cada ano legislativo (PEC 64/99). Atualmente, a presença do presidente só é obrigatória na abertura da legislatura, a cada quatro anos.



Regulamentação de garimpo será debatida em audiência

O trabalho da comissão interministerial para a regulamentação dos garimpos é tema da Subcomissão de Extração Mineral, às 14h30. Participam da reunião representantes dos setores de políticas

de geologia, mineração e transformação mineral do governo. Composta por cinco titulares e cinco suplentes, a subcomissão analisa compensações financeiras aos estados de onde são extraídos minérios.

Comissão examina nomes indicados para a ANA e o Dnit

A indicação de José Machado e de Benedito Pinto Ferreira Braga para serem reconduzidos aos cargos de diretores da Agência Nacional de Águas (ANA) é tema da reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do

Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Às 10h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sabatina Luiz Augusto Bittencourt, indicado para o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit).

Bingos ouve assessor direto de Palocci

Às 10h30, a CPI dos Bingos (foto) ouve Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor especial do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O depoente utiliza um número de telefone do ministro que recebeu

mais de mil ligações de Vladimir Poletto, que teria transportado os dólares supostamente doados por Cuba à campanha petista. Às 12h, a CPI da Terra faz nova reunião para votar o relatório final.



CPI dos Correios investiga contratos de publicidade

A Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios ouve o representante da agência de publicidade Giacometti. A CPI investiga os contratos de publicidade firmados com estatais e outros órgãos da administração

pública. O Tribunal de Contas da União já encontrou indícios de irregularidades em contratos dos Correios, do Banco do Brasil, do Ministério do Trabalho, do Ministério da Cultura e da Eletronorte, entre outros.

Prioridade para software livre

Às 11h, a Comissão de Educação (CE) analisa projeto (PLS 308/05) que dá prioridade para investimentos em equipamentos de código aberto, os softwares livres, na distribuição dos recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust). Os programas abertos não requerem o pagamento de direitos de uso – os royalties.

Carro sem IPI para corretor de imóvel

Às 9h30, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa projeto que concede isenção de IPI em automóveis adquiridos por corretores de imóveis (PLS 167/03). Também na pauta do colegiado proposta que prevê a dedução no Imposto de Renda Pessoa Física de despesas com empregados domésticos (PLS 177/03).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Ramez Tebet, Iris de Araújo, Cristovam Buarque e Geraldo Mesquita Júnior



CDH analisa também a dedução do IR das doações a fundos para crianças e adolescentes

Portador de deficiência pode manter pensão após 21 anos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai examinar amanhã, às 10h, proposta que inclui entre os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependente do segurado, filho ou irmão com deficiência mental que seja declarado absoluta ou relativamente incapaz pela Justiça.

O projeto (PLS 452/03), apresentado pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN), contém dispositivo para garantir que a parte individual da pensão por morte do segurado seja mantida pelo dependente com deficiência mental mesmo após os 21 anos de idade. A pensão só será extinta na hipótese de levantamento da interdição judicial que declarou o dependente absoluta ou relativamente incapaz.

Com parecer favorável do relator, senador Marcelo Crivella (PMR-RJ), a matéria é um dos

15 itens da pauta da reunião, entre eles a proposta que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (PLC 51/04), prevendo dedução do Imposto de Renda para doações aos fundos nele previstos – nacional, estaduais e municipais – em favor da criança e do adolescente.

Os membros da CDH devem também apreciar, em segundo turno, substitutivo do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) a projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que propõe incluir os hospitais no rol das instituições obrigadas a conferir atendimento prioritário às pessoas com deficiência, idosos, gestantes, lactantes ou que estejam acompanhadas por crianças de colo. A proposta (PLS 181/03) altera a Lei 10.048/00, que assegura o atendimento prioritário em repartições públicas, empresas concessionárias e instituições financeiras.

Infra-Estrutura analisa indicação de nome para a diretoria do Dnit

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se hoje para apreciar a indicação, feita pela Presidência da República, de Luiz Augusto Siqueira Bittencourt para exercer o cargo de diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), órgão vinculado ao Ministério dos Transportes.

Formado em Engenharia, com mestrado na mesma área, Luiz Augusto Bittencourt tem pós-graduação *lato sensu* em Comércio Exterior e em Políticas Públicas. O indicado exerceu cargos de chefia em várias instituições,

entre elas a Superintendência de Administração de Tecnologia da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e o Departamento de Qualidade Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Atualmente, é secretário-executivo do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB).

Segundo parecer do relator, senador João Ribeiro (PL-TO), Luiz Augusto Bittencourt apresenta o perfil adequado para exercer o cargo. A sabatina do indicado está prevista para as 10h.

Os trabalhos da comissão, cujo objetivo era elaborar diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira e os movimentos sociais ligados à questão, encerram-se amanhã

Relatório final da CPI da Terra pode ser votado hoje

O relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra deve ser discutido e votado hoje. O relator, deputado João Alfredo (PSOL-CE), apresentou o texto na reunião do último dia 22, quando foi concedida vista coletiva ao relatório. Encerra-se amanhã o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão, presidida pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Criada em 9 de dezembro de 2003, a comissão é composta de 24 senadores e 24 deputados. Nesse período, a CPI realizou um diagnóstico da estrutura fundiária brasileira e dos processos de reformas agrária e urbana. O colegiado avaliou tanto a ação dos movimentos sociais de trabalhadores, que ocupavam terras, áreas e edifícios, tanto privados



Presidida por Alvaro Dias (C), a comissão avaliou as reformas agrária e urbana no país

quanto públicos, bem como a dos de proprietários de terras, que se organizavam para impedir as ocupações.

A reunião de discussão e votação do relatório final está prevista para as 12h, na sala 6 da Ala Nilo Coelho.

Apoio a desempregado experiente e morador de rua

A criação do Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes, proposta pelo senador Paulo Paim (PT-RS), será analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na manhã de quinta-feira, em decisão terminativa. Com oferta de subvenção econômica para as empresas que façam parte do programa, o projeto tem o objetivo de incentivar a contratação de trabalhadores acima de 45 anos de idade desempregados por mais de seis meses.

Nessa faixa etária, os profissionais experientes desempregados, em geral, são chefes de família com dependentes menores e uma situação de maior risco social, afirmou o relator, senador João Capiberibe (PSB-AP), em parecer pela aprovação da proposta (PLS 126/05).

Também com decisão terminativa na CAS, outro projeto de Paulo Paim prevê a criação do Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua. O



Comissão debate ainda ampliação do seguro-desemprego das pessoas com deficiência

PLS 299/04, relatado pela senadora Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE), pretende proporcionar assistência e oportunidades de qualificação profissional às pessoas que moram na rua.

Na mesma reunião devem ser examinados dois projetos com o mesmo objetivo: ampliar de quatro para seis meses o seguro-desemprego das pessoas com deficiência física. O PLS 192/04

é da senadora Patrícia Saboya e o PLS 127/04, do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

A contratação de agentes comunitários de saúde pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), proposta (PLS 106/05) do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), também está na pauta da comissão. A reunião começa às 9h30, na sala 9 da Ala Alexandre Costa.

CRE aprecia dois nomes para embaixadores

A Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) apreciará na quinta-feira, às 9h30, duas mensagens presidenciais indicando diplomatas do quadro permanente do Itamaraty

para exercer novos cargos de embaixadores. A primeira indica Pedro Luiz Rodrigues para embaixador do Brasil junto à República da Nigéria e, cumulativamente, junto às Repúblicas do

Niger, Chade e Benin. O relator é Marco Maciel (PFL-PE).

A segunda mensagem submete ao Senado o nome de Manuel Innocência de Lacerda Santos Júnior para embaixador junto à

República Democrática de São Tomé e Príncipe. A relatora da proposta é a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Se aprovadas, as indicações serão votadas ainda no Plenário.

Relator da comissão, Osmar Serraglio afirma que documento vai mostrar a relação entre troca de partidos, votações e liberações de recursos

Novo relatório da CPI dos Correios trará evidência do "mensalão"

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), afirmou, ontem, que deverá apresentar um novo relatório parcial em cerca de 15 dias. O documento, conforme Serraglio, não terá fatos novos em relação ao suposto esquema do "mensalão", mas trará demonstrações mais convincentes de que a prática de fato existiu.

– No relatório anterior, não fizemos a sincronia entre os valores e o tempo. Da mesma forma, vamos mostrar a relação entre a migração dos parlamentares de um partido para outro com as votações e a liberação de recursos – explicou.

Para Serraglio, o "mensalão" pode ser definido como uma série de pagamentos tabulados, que ocorreram de maneira sistemática e, matematicamente, se aproximam dos R\$ 30 mil referidos pelo ex-deputado Roberto Jefferson, que denunciou a prática.

No entanto, o deputado observou que não levará em conta, na elaboração do relatório, o documento apresentado há duas semanas pelo relator da extinta CPI do Mensalão, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), por considerar que se trata de "situações diferentes".

Esse relatório, de acordo com Serraglio, deverá incluir informações sobre a suposta utilização



Eduardo Paes (E) é contra a inclusão de relatórios parciais no texto final de Serraglio

de caixa dois na campanha do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao governo de Minas, em 1998. O relator afirmou que não tem nenhuma objeção a essa inclusão e que não consentiu que fosse feita no primeiro relatório parcial apenas porque ela seria "atécnica", uma vez que, à época em que o referido delito teria sido cometido, Azeredo ainda não era parlamentar.

O deputado também informou que a CPI dos Correios vai respeitar seus prazos.

– Estávamos prontos para concluir nossos trabalhos no dia 13 de dezembro. Queremos mostrar à sociedade que grande parte das investigações foram finalizadas e seus resultados vão ser apresentados – ressaltou.

Serraglio comentou a suposta

"operação-abafa" pelos órgãos do Executivo em relação à CPI, denunciada pela imprensa no fim de semana.

– É fato que não estamos recebendo a colaboração que gostaríamos – destacou, referindo-se, especialmente, ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal.

Sub-relatórios

O deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ), relator-adjunto da CPI dos Correios, disse que não concorda com a idéia de incorporar ao documento que está sendo elaborado por Osmar Serraglio os relatórios parciais das sub-relatorias de Fontes Financeiras e de Contratos. A votação dos relatórios está prevista para quinta-feira, mas a proposta da fusão dos documentos vem ganhando força nos últimos dias.

tesoureiro Delúbio Soares e por Marcos Valério eram feitos "para não serem cobrados". Já às 16h, quem depõe é Antonio Augusto Conceição Morato Leite Filho, sócio da Promodal, empresa ligada à Skymaster, transportadora aérea que ainda opera para os Correios.

A Skymaster é acusada de superfaturar contratos e causar prejuízos de pelo menos R\$ 64 milhões à estatal, de acordo com o sub-relator de Contratos, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP). A Promodal fez doação à campanha do presidente Lula em 2002 no valor de R\$ 500 mil, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Os relatórios parciais elaborados pelos deputados José Eduardo Cardozo e Gustavo Fruet (PSDB-PR), sub-relator

de Fontes Financeiras, devem ser votados na quinta-feira, em reunião marcada para as 11h e que tem em pauta ainda o exame de vários requerimentos. O primeiro relatório inclui investigações a respeito da Skymaster e pede o indiciamento de pelo menos 16 pessoas, entre elas os ex-presidentes dos Correios Hassan Gebirim e João Henrique de Almeida Souza.

O segundo texto aborda os empréstimos envolvendo o PT, Delúbio Soares e Marcos Valério, e só não foi votado na semana passada porque a base governista exigiu que sejam incluídos dados a respeito da prática de caixa dois confessada por Cláudio Mourão, ex-tesoureiro da campanha do senador Eduardo Azeredo ao governo de Minas, em 1998.

Para Antonio Carlos, Supremo dificulta trabalho das CPIs

Embora louve o trabalho dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) acusou a instituição de tentar desmoralizar, intencionalmente ou não, as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) que investigam denúncias de corrupção contra o PT e o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A queixa do senador foi motivada pela sexta liminar concedida pelo STF para impedir o acesso das CPIs a informações sigilosas de corretoras e fundos de pensão investigados.

– Tenho respeito pelo Supremo, mas não calo a minha voz. Se as CPIs não chegarem a um resultado, o culpado é o Supremo Tribunal Federal, que não quer que se apure nada por lá [no governo] – afirmou.

Antonio Carlos considerou grave a situação descrita e cobrou reação dos presidentes do Senado



Antonio Carlos acusa o STF de tentar desmoralizar as comissões de inquérito

e da Câmara à suposta tentativa do STF de desmoralizar o trabalho das CPIs. O parlamentar ressalta o esforço dos membros das comissões para avançar na apuração das irregularidades, mas diz que tudo pára com as limitações que impedem a quebra do sigilo de corretoras "que roubaram o erário."

– Se nossos dirigentes, com o nosso apoio e respaldo, não tomarem providências enérgicas, esta Casa [Congresso Nacional] vai valer muito pouco. Todos são afetados quando aquele que merece não é punido – advertiu.

Simon propõe nova regra para concessão de habeas corpus

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou projeto que impede o Supremo Tribunal Federal (STF) de conceder *habeas corpus* quando esse pedido ainda não houver sido efetivamente julgado por instância inferior. A proposta foi apresentada seis dias depois de o ex-prefeito Paulo Maluf deixar a carceragem da Polícia Federal, em São Paulo, beneficiado por *habeas corpus* concedido pelo ministro Carlos Velloso, do STF, apesar de o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ainda não ter definitivamente julgado seu pedido de soltura.

O texto de Simon (PLS 367/05) estabelece que, no processo e julgamento do *habeas corpus* de competência originária do Supremo Tribunal Federal ou de recurso contra decisão de instância inferior que o tiver negado, deverá ser observado o seu efetivo julgamento pela instância inferior e, no que lhe for aplicável, o disposto no Código de Processo Penal, devendo o regimento interno do tribunal determinar as regras complementares.

Para Simon, o *habeas corpus* é o remédio jurídico destinado a tutelar a liberdade de locomoção do indivíduo contra violência



Simon: STF deverá aguardar decisão de instância inferior sobre pedido de soltura

ou coação ilegal de autoridade. Por isso, explica o parlamentar na apresentação do projeto, a finalidade desse recurso é garantir e proteger a liberdade individual, como previsto na Constituição. Ele afirma que, de acordo com a Constituição e o Código de Processo Penal, o STF só pode julgar o pedido de *habeas corpus*, em grau de recurso, depois de efetivamente negada essa medida.

– Ocorre que, na prática judicial, o preceito normativo não vem sendo respeitado. O *habeas corpus* tem sido impetrado concomitantemente em instâncias de hierarquias diferentes. Assim, a corte suprema julga o recurso impetrado primeiramente no STJ, sem que esse tenha se pronunciado a respeito do mérito, violando a legislação em vigor – observa o senador.

A proposta aguarda decisão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Cristovam: país deve recuperar a força da nacionalidade

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o Brasil precisa recuperar a força de sua nacionalidade e reverter as desigualdades sociais, enquanto a classe política deve recuperar sua credibilidade para construir um projeto de futuro. O senador fez referência a artigo de Fábio Konder Comparato, publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, no último domingo, em que o professor acusa a classe política pelo fato de o Brasil não estar "caminhando para o futuro", por falta de um projeto alternativo.

Segundo Cristovam, embora o país tenha conseguido instaurar a democracia e a estabilidade da moeda, o egoísmo torna difícil a concretização de composições políticas com vistas ao combate à pobreza. A classe política, acredita o senador, tornou-se um "grupo corporativizado", preocupado em manter direitos e privilégios.

Cristovam assinalou ser preciso também retomar a força da nacionalidade brasileira, pois, segundo ele, o país está fragilizado culturalmente e em seus sistemas financeiro e militar, além de sofrer ameaças como a depredação ambiental e as guerrilhas urbanas.



Roosevelt Pinheiro

Para Cristovam, projeto nacional depende da reversão das desigualdades

Criticou ainda a comemoração, por alguns, da autonomia do país em relação ao petróleo, alertando que, em 17 anos, esse terá acabado.

O projeto nacional depende ainda, na visão de Cristovam, da reversão das desigualdades sociais. O senador elogiou a continuidade de Lula ao programa Bolsa-Escola, criado no governo Fernando Henrique. Criticou o Congresso por não ter realizado debates mais produtivos para a construção do futuro e a formulação de políticas de longo prazo.

Tião Viana (PT-AC) solidarizou-se com Cristovam e protestou contra a "incapacidade" do Legislativo de aprovar a reforma política. Já Mão Santa (PMDB-PI) disse que via no colega "um grande comandante da educação" e pai do Bolsa-Escola, "um dos melhores programas educacionais do Brasil e do mundo".

Ideli ressalta queda "espetacular" no índice de pobreza

Após a divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse ontem que, finalmente, conseguiu entender "a virulência dos ataques" desferidos contra o governo Lula por "setores da oposição".

– Segundo a Fundação Getúlio Vargas, a queda no índice de pobreza registrada no ano passado é espetacular – assinalou.

Para a senadora, alguns setores da oposição deixaram de lado o bom senso no trato político, preferindo partir para uma guerra aberta. Ela lembrou que, ao ser eleita, disseram-lhe que o Senado "era melhor que o paraíso porque não era preciso morrer para chegar lá". Ela lamentou que, agora, "só se veja a guerra da antecipação das eleições de 2006".

Ideli citou alguns dados da pesquisa para ilustrar "o desespero dos opositores". Segundo o



Roosevelt Pinheiro

Ideli diz que conseguiu entender razão da "virulência dos ataques" da oposição

IBGE, a pobreza recuou 7% no Brasil, sendo esta a maior redução dos últimos 23 anos. Para a senadora, essa queda é resultado do aumento do nível de emprego e, principalmente, da redução da desigualdade de renda e do aumento na transferência de renda.

– Quando os números chegam com essa força e simbologia, representando o esforço para combater a desigualdade, é importante que possamos nos debruçar sobre essa pesquisa e analisar o que significam esses dados. Os opositores podem aprontar o que quiserem, mas os dados, a realidade, está aqui. Pela primeira vez nos últimos 23 anos, o governo Lula reverteu a concentração de renda – concluiu.

Integrantes da CPI dos Bingos, Suplicy, Malta e Tuma ouvem em São Paulo depoimento "contundente e significativo" sobre assassinato de Celso Daniel

Nova testemunha diz que morte de prefeito foi crime de mando

Uma subcomissão da CPI dos Bingos ouviu ontem, em São Paulo (SP), nova testemunha que reforça a tese de crime de mando no caso do assassinato do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, em janeiro de 2002. A afirmação foi feita em entrevista à imprensa pelo relator da subcomissão, senador Magno Malta (PL-ES), antes do início da acareação entre o empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, e cerca de nove pessoas, entre as quais sete presidiários suspeitos de participar do crime.

– O depoimento é contundente e significativo. Ele apresenta uma vertente extremamente forte e informações ainda desconhecidas e que eram apenas alvos de suposições sobre o assassinato de Celso Daniel.

O parlamentar explicou que o nome da nova testemunha é mantido em sigilo por questões de segurança, mas que ela teria procurado espontaneamente o presidente da subcomissão, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), e manifestado disposição em colaborar com a CPI para a elucidação do episódio. A subcomissão também é integrada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Magno Malta disse que a subcomissão não foi criada com o objetivo de promover o confronto entre os partidos políticos, mas



Jane Araújo

Acompanhado por policiais, Sérgio Gomes da Silva chega para a acareação em São Paulo

sim para esclarecer o envolvimento de pessoas com a morte do prefeito.

– Não acho que tenha sentido dizer que o partido "a" ou "b" teve envolvimento. Houve o envolvimento de pessoas avarentas por necessidade de poder, por necessidade de tirar lucro fácil e que fizeram alianças com o crime que ceifou a vida de Celso.

Acerto

O assassinato do prefeito, segundo Malta, seria decorrente da conjugação de interesses de dois grupos criminosos com objetivos distintos. "Há o encontro de duas quadrilhas: uma institucionalizada e uma de favela, que é chamada para dentro do processo, em que há um acerto a resolver após um processo eleitoral, o

qual não se cumpre e resulta na morte de Celso Daniel", relatou o senador.

Também em entrevista, o promotor do Ministério Público de São Paulo Roberto Wider Filho defendeu a continuidade das investigações sobre o assassinato de Celso Daniel.

– A testemunha disse que Sérgio Gomes da Silva recebeu dinheiro de um traficante de drogas na campanha eleitoral de 2000, no valor de R\$ 1,5 milhão, sob a promessa de que Celso regularizaria o transporte de lotações em Santo André, caso fosse eleito prefeito. Celso desconheceria a promessa e teria sido morto ao ter reconhecido um dos seus seqüestradores como amigo de Sérgio Gomes da Silva – concluiu Wider.

Assessor de Palocci, Ademirson será ouvido hoje

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos reúne-se hoje, a partir das 10h30, para ouvir Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Na época em que Palocci era prefeito de Ribeirão Preto (SP), Ademirson foi diretor de Investimentos do Instituto de Previdência do município. A CPI apura suposto recebimento de propina pela prefeitura da cidade, paga por empresários, para a formação de um caixa dois do PT, a ser usado em futuras campanhas eleitorais.

Amanhã, às 12h30, a CPI dos Bingos ouve o promotor de Justiça Roberto Wider Filho, que participa da reabertura do inquérito que apura o assassinato de Celso Daniel, ex-prefeito de Santo André (SP), ocorrido em janeiro de

2002. Ele pertence ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

No mesmo dia – ainda sobre a reabertura do processo da morte de Celso Daniel – falam o delegado Maurício Correia, da Divisão de Inteligência da Polícia Civil de São Paulo, e a delegada Elisabete Sato, titular da 78ª DP do bairro de Jardins, também em São Paulo.

GTech

A renovação em abril de 2003 do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional GTech, relativo à operacionalização de toda a rede lotérica do país, incluindo o processamento da apuração dos ganhadores, rateio e repasse de prêmios, volta a ser analisada no decorrer desta semana pela CPI dos Bingos.

Serão ouvidos, nesta quinta-feira, também às 10h30, Ademar de Miranda Torres, ex-diretor da CEF, e o advogado Walter Santos Neto, dono da MM Consultoria Jurídica.

Ademar Miranda, que atualmente trabalha na Casa Civil da Presidência da República, é citado várias vezes em relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público Federal como um dos principais responsáveis pelo enorme prejuízo causado à Caixa pela renovação do contrato com a GTech. Já o advogado Walter Santos Neto, da MM Consultoria, é acusado de intermediar propina paga pela multinacional – que pode ter chegado a R\$ 5 milhões – para que o contrato, no valor de R\$ 650 milhões, fosse renovado.

Ação da entidade dos juízes federais em defesa da democracia e das causas sociais é exaltada em pronunciamentos

Senado destaca luta da Ajufe pelo Direito

Atendendo a requerimento do senador Demostenes Torres, o Plenário do Senado Federal homenageou ontem a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), pelos 33 anos de existência, comemorados em 20 de setembro.

Além de Demostenes, exaltaram a atuação da entidade os senadores Mozarildo Cavalcanti,

Geraldo Mesquita Júnior, Ramez Tebet e o vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), que presidiu a sessão.

Participaram da solenidade o juiz Jorge Antônio Maurique, presidente da Ajufe, e Liliane do Espírito Santo Roriz de Almeida, chefe da Diretoria Cultural da instituição.

Tião Viana afirmou que o Se-



Tião Viana, entre os juizes Jorge Maurique e Liliane Roriz, preside a sessão

nado reconhece a importância do trabalho e a legitimidade da Ajufe, "entidade que orgulha o Brasil". Ele determinou à Se-

cretaria Geral que inclua nos arquivos do Senado mensagem de congratulações à Ajufe, enviada por juizes federais do Acre.

Demostenes Torres



Roosevelt Pinheiro

Campanha para combater o uso do "juridiquês"

Demostenes Torres (PFL-GO) destacou, em seu pronunciamento, diversas iniciativas da Associação dos Juizes Federais em defesa do Estado de direito, ao longo dos 33 anos de atuação. O parlamentar mencionou, particularmente, as sugestões da instituição para o aprimoramento do processo judicial. Ele aplaudiu também a campanha desenvolvida pela entidade dos juizes federais para combater o chamado "juridiquês", que é o hábito de escrever, nas peças dos autos judiciais, frases confusas e ridículas, formadas com palavras esdrúxulas, e quase sempre de difícil compreensão. O senador explicou que o objetivo é tornar a linguagem do Direito mais acessível ao entendimento dos leigos. Entre as propostas formuladas pela Ajufe ao Congresso, Demostenes Torres lembrou o encaminhamento, para exame da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, de sugestões visando à informatização dos processos e à cooperação judiciária internacional.

Mozarildo Cavalcanti



Roosevelt Pinheiro

Movimento pela ética e por melhor renda da população

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ressaltou a importância dos magistrados, em especial dos juizes federais, "que desempenham papel único no equilíbrio das forças sociais e na realização da justiça entre as partes". O parlamentar destacou ainda a luta da Ajufe por um Estado democrático de direito e um Judiciário rápido e eficiente. Ele elogiou a participação da entidade em questões relevantes como a reforma do Judiciário e o acompanhamento da tramitação de proposições de interesse dos juizes e da Justiça Federal. Mozarildo citou também o trabalho que vem sendo desenvolvido pela associação no sentido de conscientizar os juizes para a necessidade de uma "pronta ação na adjudicação das causas" e de seu comprometimento com as questões sociais. O senador afirmou que a Ajufe exerce relevante papel social, e citou a carta à nação divulgada após o 22º Encontro Nacional dos Magistrados, em que a instituição incentiva agentes públicos e privados a formarem um movimento pela ética e pela melhoria nas condições de renda da população mais pobre.

Mesquita Júnior



Roosevelt Pinheiro

"É oportuna a homenagem à instituição"

Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) considerou oportuna a homenagem prestada pelo Senado à Associação dos Juizes Federais do Brasil, sobretudo "no momento delicado que vive o relacionamento entre o Legislativo e o Judiciário". Segundo o senador, é utópico supor que os Poderes do Estado são harmônicos e independentes, como define a teoria da separação dos Poderes. – A harmonia de que trata a doutrina constitucional de grande parte das mais enraizadas democracias mundiais não impede que haja pontos de vista divergentes entre tribunais e governos, entre estados e União, e menos ainda entre tribunais de diferentes instâncias ou entre legislativos federais e estaduais. Mesquita Júnior lembrou que ele foi o único voto contrário à aprovação da reforma do Judiciário, por entender que antes dela, seria necessário reformar a própria Justiça. Comparou o Judiciário ao Legislativo na sua destinação histórica e encerrou seu pronunciamento declarando que "pode haver Judiciário sem democracia, mas não pode haver democracia sem Justiça".

Ramez Tebet



Célio Azevedo

Senador aconselha prioridade às causas dos necessitados

Ramez Tebet (PMDB-MS) chamou a atenção para a responsabilidade do Executivo, do Legislativo e do Judiciário com as demandas da sociedade brasileira. Após considerar a homenagem "justa, merecida e oportuna", ele discorreu sobre a independência e harmonia entre os Poderes da República. – Se nós, do Congresso, diante de tanta conturbação moral e política, não assumirmos a responsabilidade imediata de atender ao clamor da sociedade, a sociedade vai reagir a isso e o Congresso irá a reboque. Sustentando não ser possível a intromissão de um Poder em outro, ele ponderou que decisão judicial se cumpre, mas pode ser discutida. Tebet recomendou aos juizes presentes à homenagem não terem medo de decidir contra os poderosos e priorizarem causas dos mais necessitados. Disse ainda confiar no Judiciário brasileiro, ressaltando o trabalho da Justiça Federal no atendimento à população dos 78 municípios de Mato Grosso do Sul.

Paim elogia mostra de artistas plásticos no Congresso

Paulo Paim (PT-RS) homenageou ontem, em discurso no Plenário, os artistas plásticos que, a convite do presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, estão expondo seus trabalhos no Salão Negro do Congresso Nacional. A exposição, denominada *Artistas Plásticos Brasileiros*, que prossegue até o dia 2 de dezembro, conta com telas de pintores de todos os estados da Federação e do Distrito Federal, indicados pelos senadores.

Essa iniciativa do Senado, segundo observou o parlamentar, tem o objetivo de mostrar a diversidade cultural do país e, por intermédio do talento dos artistas plásticos nacionais, expor um pouco da riqueza artística de cada região.

De acordo com Paim, a melhor maneira de homenagear os artistas expositores é recordar o gaúcho Iberê Camargo, que é considerado um dos mais expressivos pintores brasileiros da segunda metade do século passado.

Paim ressaltou a seguinte reflexão de Iberê: "Só a imaginação pode ir mais longe no mundo do conhecimento. Os poetas e os artistas intuem a verdade. Não pinto o que vejo, mas o que sinto". E cumprimentou o senador Renan Calheiros pela iniciativa da exposição de quadros.

O senador também registrou que, na semana passada, em meio às comemorações do Dia da Consciência Negra, foi aprovado por unanimidade, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), projeto de lei de sua iniciativa que define os crimes resultantes da discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Paim solicitou ainda à Mesa a transcrição, nos Anais da Casa, do artigo "Justiça do Trabalho e preconceito racial", do presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, José Nilton Pandelot.



Roosevelt Pinheiro

Exposição contém um pouco da riqueza artística de cada região, diz Paulo Paim



Para Garibaldi, governo age como se o país fosse uma ilha homogênea e não uma federação

Garibaldi quer o fim da verticalização

Garibaldi Alves (PMDB-RN) anunciou ontem sua expectativa de a Câmara dos Deputados rejeitar amanhã a cláusula da verticalização, proposta que obriga os partidos a seguirem, nas eleições estaduais, a mesma coligação feita pelos candidatos à Presidência da República.

– O governo tem agido como se o Brasil fosse uma ilha homogênea e não uma federação. Querem impor a obrigatoriedade na reprodução das alianças formadas para a eleição presidencial – assinalou.



Mão Santa denuncia corrupção e afirma que os três Poderes "estão todos doentes"

Mão Santa volta a alertar presidente Lula

Mão Santa (PMDB-PI) voltou a alertar o presidente Lula para os altos índices de corrupção na máquina administrativa, dizendo que “os três Poderes estão todos doentes”.

O parlamentar piauiense relatou que esteve em São Paulo, a convite de uma organização criada por Ulysses Guimarães, onde foi homenageado, e lembrou que essa entidade nasceu em um momento em que os parlamentos estavam sendo fechados pelos regimes ditatoriais implantados em países da América do Sul.

Condução do Ministério da Fazenda por economistas com interesse no mercado financeiro resulta em juros altos e elevada carga tributária, afirma Paulo Nogueira Batista Júnior

Para professor da FGV, política econômica fere interesses do país

A política econômica adotada no país nos últimos anos – que vem se refletindo em altas taxas de juros e pesada carga tributária – seria resultado do fato de o comando do Ministério da Fazenda e do Banco Central estar sendo exercido “por economistas que provêm do mercado financeiro ou que lá pretendem chegar”. Essa afirmação é de Paulo Nogueira Batista Júnior, economista e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que participou ontem de palestra promovida pela Frente Parlamentar do Pleno Emprego, presidida por Marcelo Crivella (PMR-RJ).

– Essa hegemonia tem contribuído muito para que a política econômica se distancie dos interesses maiores do país e do grosso da população brasileira – argumentou Paulo Nogueira.

O economista também criticou o “apego” da diretoria do Banco Central a modelos formais e ortodoxos. Como contraste, ele declarou que Alan Greenspan, ex-presidente do Federal Reserve (banco central dos



Paulo Nogueira Batista Júnior (E) durante palestra em subcomissão presidida por Crivella (C)

EUA), caracterizou sua gestão à frente da instituição pelo “empirismo e pragmatismo”.

Paulo Nogueira criticou ainda a defesa que o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, faz do regime de metas de inflação, adotado na gestão de Fernando Henrique Cardoso e mantido pelo atual governo. O economista ressaltou que, ao contrá-

rio do que diz Meirelles, o regime de metas não é adotado em todo o mundo, e nem pelos três principais bancos centrais do planeta: o dos EUA, o da União Européia e o do Japão.

Para o professor, “a política do atual governo é pouco criativa e se limita a reproduzir a do governo anterior, chamada de ‘herança maldita’ pelo próprio PT”.

Heloísa aponta "falência completa" do sistema penitenciário brasileiro

Ao se referir às “idas e vindas” do traficante Fernandinho Beira-Mar por presídios em diversos estados do país, Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou o sistema penitenciário brasileiro. Ela considerou fato gravíssimo não haver no país nenhuma prisão capaz de impedir que o criminoso, mesmo encarcerado, continue a comandar a sua rede de tráfico de drogas.

– Se é preciso promover uma turnê com Beira-Mar pelos presídios brasi-

leiros para impedir que ele, da prisão, articule os negócios do narcotráfico, é porque há falência completa do sistema penitenciário brasileiro – disse.

A senadora sugeriu às famílias de policiais e carcereiros assassinados, devido à omissão do Estado na área de segurança pública, a proposição de ações de indenização contra a Fazenda pública.

– Além de o governo não fazer as mudanças estruturais profundas



Para Heloísa, é grave que Beira-Mar continue a comandar o narcotráfico de dentro de presídios

necessárias, também não faz absolutamente nada em relação à segurança pública – criticou Heloísa Helena.

Mozarildo defende integração com Venezuela e Guiana

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cobrou ontem do governo maior rapidez na implementação de acordos de integração entre a Venezuela, a Guiana Francesa e o Brasil. Ele fez um apelo aos ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para que agilizem a implantação de áreas de livre comércio nas cidades roraimenses de Pacaraima e Bonfim, que fazem fronteira com a Venezuela e a Guiana, respectivamente.

– Estamos tendo a oportunidade

de comprar cimento, ferro, calcário e combustíveis mais baratos para o desenvolvimento de nossa região. Só que não podemos, porque a burocracia desses ministérios não deixa – assinalou.

O senador reclamou do alto preço da gasolina e do diesel em Roraima e pediu à Petrobras que importe esses combustíveis da Venezuela, em vez de trazê-los do estado do Amazonas.

– A gasolina, que custa R\$ 2,85 em Boa Vista, na Venezuela pode ser comprada a R\$ 0,20. O óleo diesel,

de R\$ 2,29 em Roraima, custa R\$ 0,15 na Venezuela. É evidente que manter os preços atuais é impor a Roraima um sacrifício desnecessário – afirmou ele.

Mozarildo Cavalcanti registrou ainda a presença em Plenário da presidente da Associação Comercial e Industrial de Pacaraima, Marelize Macuglia, do presidente da Federação Comercial e Industrial do Estado de Roraima, Derval da Rocha Furtado, e do presidente da Associação de Supermercados do Estado de Roraima, Marcelo Lima.



Camata destaca que seu projeto poderá ajudar na moralização dos costumes brasileiros

Camata propõe identificação de apostadores

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou projeto que altera a Lei 6.717/79, para exigir a identificação do apostador que joga nos concursos de prognósticos da Loteria Federal. De acordo com a proposta (PLS 365/05), a identificação será feita pelo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). O projeto encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será analisado em decisão terminativa.

Em defesa da iniciativa, Camata cita, na justificativa do projeto, notícias e livros publicados no mundo a respeito de lavagem de dinheiro, mencionando também a presença massiva de capitais ilícitos no sistema financeiro e na economia brasileira, o que, em sua opinião, produz um elevado ônus para a comunidade.

– Notícias, trabalhos e teses dessa natureza não são incomuns na imprensa. Para não irmos muito longe, basta relembrarmos os resultados da CPI do Orçamento, onde, sem o menor pudor, certa figura, de triste memória, disse ter ganho uma centena de vezes na Loteria Federal – argumenta.

De acordo com Camata, o noticiário também é farto quanto ao chamado “branqueamento” de dinheiro por parte do tráfico de entorpecentes, do tráfico de armas, do contrabando, do descaminho, do seqüestro, do terrorismo e de outras formas de práticas ilícitas.

Lembrando as medidas adotadas no Brasil para combater tais práticas, o senador disse que seu projeto vem ajudar na moralização dos costumes.



Ana Júlia apela para que promotora que investiga desvios no Fundef não seja transferida

Ana Júlia pede que promotora permaneça

Ana Júlia Carepa (PT-PA) pediu ontem em Plenário que a 3ª promotora de Justiça da cidade de Itaituba (PA), Elaine de Souza Nuayed, não seja transferida para outra cidade. A senadora disse que profissionais da área de educação do município ficaram preocupados com os boatos de que a promotora seria transferida.

De acordo com Ana Júlia, Elaine está investigando desvios de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). A parlamentar paraense clamou ao procurador-geral de Justiça do estado, Francisco Barbosa de Oliveira, para que a promotora seja mantida em seu cargo até o fim das investigações. Oficialmente, Elaine permanece como 3ª promotora até 31 de dezembro. Ana Júlia também pediu para que não haja perseguição política aos promotores do Pará. A senadora afirmou que o papel dos promotores públicos é justamente esse: “defender os interesses da sociedade”.

– Há um interesse político muito grande no afastamento da promotora, que teve a coragem de investigar um prefeito: Roselito da Silva Soares, do PSDB – afirmou a representante do Pará.

Senador pede que seja aprovado pela Câmara projeto de sua autoria que estabelece regras claras para investimento setorial nas esferas da União, estados e municípios

Viana quer regulamentar emenda que garante recursos à saúde

Ao elogiar a matéria do jornal *Estado de S. Paulo*, do jornalista Ricardo Westin, sob o título “Brecha na lei tira R\$ 9 bilhões da saúde”, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou ontem que a forma de impedir o prosseguimento desse tipo de desvio seria a regulamentação da Emenda Constitucional 29 com a aprovação do projeto de lei complementar (PLS 35/02) de sua autoria que estabelece regras mais claras para os investimentos na saúde. A proposta já foi aprovada pelo Senado e está em tramitação na Câmara dos Deputados.

A Emenda 29, de autoria do então deputado Eduardo Jorge, assegura recursos mínimos ao financiamento das ações e serviços públicos de



Tião Viana: a Emenda Constitucional 29 não é cumprida por falta de regulamentação

saúde, determinando o percentual a ser gasto com a saúde pela União, estados e municípios. Mas, lamentou Tião Viana, como o Congresso ainda

não votou a lei que a regulamenta, alguns governantes não se sentem obrigados a cumprir seus dispositivos. Conforme o senador, não houve cumprimento da Emenda 29 em 12% dos municípios – cerca de 600 – e em quatro estados.

Viana destacou também a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (Pnad) 2004, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que traz dados “confortantes para a sociedade brasileira e a esperança de reversão da curva de desigualdades no Brasil”. O parlamentar solicitou à Mesa a anexação ao seu discurso da reportagem do *Estado de S. Paulo* e dos resultados da pesquisa.

Osmar Dias busca informações sobre investimento em saúde e educação

Osmar Dias (PDT-PR) informou que encaminhará requerimento ao Ministério da Saúde para que esclareça quais estados cumpriram os percentuais mínimos de gastos em saúde fixados pela Constituição. Em outro requerimento, ao Tribunal de Contas da União (TCU), que fiscaliza a aplicação dos índices constitucionais em educação e saúde, o senador pretende saber quais as providências tomadas em relação aos que descumprem as obrigações. De acordo com Osmar Dias, até agora apenas dez estados investiram na área esses percentuais mínimos.

– A obrigação do parlamentar não

é apenas fiscalizar o Executivo, mas também exigir o cumprimento das obrigações constitucionais – assinalou o senador.

Osmar Dias afirmou que o descaso com a saúde, a educação e a segurança vem desde o governo federal, passando pelos governos estaduais e municipais. Ele observou que, conforme dados do Comitê Interdepartamental da Área de Fiscalização (Ciafe), faltando um mês e meio para terminar o ano, o governo ainda não cumpriu 96% do Orçamento. O senador deu exemplo do caos pela falta de segurança em municípios do Paraná, como Foz de Iguaçu e Cascavel, que



Osmar Dias: é obrigação do parlamentar exigir o cumprimento da Constituição

em 2004 registraram 75 homicídios e 380 assaltos a mão armada. Osmar Dias lamentou ainda a falta de UTIs pediátricas em várias cidades.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) apoiou o discurso de Osmar Dias.

Ramez Tebet presta homenagem ao Grupo Zahran

Ramez Tebet (PMDB-MS) homenageou os sócios e servidores do Grupo Zahran, em comemoração aos 50 anos de sua fundação, registrando a importância da empresa para o seu estado e relatando que o grupo iniciou suas atividades como uma

empresa familiar distribuidora de gás, a Copagaz.

Em 1965, o grupo expandiu seus negócios para a comunicação, fundando a RMT e consolidando-se como a maior rede de comunicação do estado.

– O que o Grupo Zahran fez por Mato Grosso do Sul já está guardado nos corações de todos que conhecem sua história, passada e presente, com a certeza de que o grupo continuará lutando em favor do nosso povo – afirmou o parlamentar.



Para Raupp, União deve pagar professores de Rondônia, como determina sentença do STJ

Raupp cobra pagamento de professores

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) solicitou ao ministro do Planejamento que determine o pagamento, antes do Natal, da Gratificação de Atividade Docente a 4.500 professores de Rondônia, conforme determinação do Superior Tribunal de Justiça. Os professores vinham lutando pela gratificação desde 2001, e o governo federal não pode mais recorrer contra o pagamento, que significará um acréscimo de aproximadamente 30% nos salários.

Esses 4.500 professores eram funcionários do antigo território federal de Rondônia. Com a mudança para estado, seus salários passaram a ser pagos pelo governo estadual, assim como os de todos os outros servidores. Eles haviam recorrido à Justiça para receber a gratificação, que é concedida aos funcionários federais.

Na semana passada, o Plenário do Senado aprovou proposta de emenda constitucional que repassa novamente para a União a responsabilidade pelo pagamento do salário dos que foram servidores do antigo território, inclusive professores, a exemplo do que já ocorre no Amapá e Roraima. A emenda agora depende de votação na Câmara dos Deputados.

CCS debate com a Vivo convergência tecnológica

O tema “Convergência tecnológica nos meios de comunicação” continua sendo debatido pelo Conselho de Comunicação Social (CCS), dessa vez com o presidente da Vivo,

Roberto Oliveira de Lima. A audiência está prevista para segunda-feira, às 14h30.

A partir das 10h30 serão examinados três itens, entre eles o relatório do conselheiro Gilberto

Carlos Leifert sobre o Regulamento de Proteção dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura (Ofício 167/05 da Agência Nacional de Telecomunicações).

Também na pauta a revisão do regimento interno do conselho e o relatório do conselheiro Paulo Tonet Camargo sobre classificação indicativa de programas jornalísticos ao vivo.